

Brasília: patrimônio ameaçado

JORNAL DE BRASÍLIA

Luís Alberto Gouvêa

5 MAR 1988

O Brasil é hoje um país onde 70% da população se encontram em áreas urbanas. Há vinte anos atrás, contudo, a situação era inversa. Segundo o censo de 1960, havia cerca de 65% da população morando no campo.

Observa-se, nesta simples constatação, uma tendência de rápido crescimento da população urbana, estimando-se que, no ano 2005, 90% da população brasileira esteja morando em cidades. Isto significa dizer que, nos próximos 20 anos, ter-se-á que se construir, em termos de moradia equipamentos urbanos e comunitários, o equivalente ao que já foi edificado desde o descobrimento do Brasil aos dias de hoje.

Como evidência desta grave situação, já se vê em todo o País a maioria das cidades de médio e grande portes sendo literalmente invadidas pela massa de trabalhadores que necessita de espaço para morar e viabilizar sua estratégia de vida.

No Distrito Federal a situação não é diferente. A cada dia aumenta o número de pessoas morando em favelas ou sublocando barracos de fundo de quintal. Em Brasília, no entanto, o poder público ainda detém a propriedade da maior parte das terras urbanas, a exclusividade das ações de planejamento e, por sediar o Governo Federal, tem facilidade de conseguir financiamentos. Tais instrumentos permitiriam ao poder público viabilizar o custo infinitamente mais baixo, a execução de loteamentos de interesse social, implantação de equipamentos urbanos e comunitários assim como a preservação dos mananciais.

Apesar disto, a ação governamental do DF se pautou pela não oferta de habitação, e/ou remover as favelas para as distantes cidades-satélites, utilizando todo este instrumental, contraditoriamente, para agravar o problema habitacional e social da cidade.

De fato, ao longo dos anos, viu-se o candango, que trabalhou na construção da capital, funcionar como um trator, que limpa a terra para a ocupação de outros. Na realidade, assim que Brasília foi inaugurada, o trabalhador que a construiu foi

segregado para distantes cidades-satélites, longe do Plano Piloto, o maior centro de empregos.

Criou-se, desta forma, um modelo urbano de cidades dispersas no território com enormes vazios entre elas, fato que gerou as tarifas de transporte coletivo mais caras do País, inviabilizando, praticamente, a cidade para o trabalhador de menor renda.

Em 1964, os militares assumiram o Governo e consolidaram Brasília praticamente sem alterá-la, criando, ainda, cidades-satélites como Ceilândia, seguindo o mesmo modelo urbano, pois este facilitava um absoluto controle social servindo aos interesses do Governo autoritário que então se instalava.

Em todo este período o Estado "preservava" as terras em torno do Plano Piloto, deixando-as sem uso, valorizando-as, de forma muito semelhante às imobiliárias particulares.

Com a Nova República, a população acreditou que este quadro iria mudar. Ledo engano! Da mesma forma que no Governo anterior foram construídas moradias de baixa qualidade, a habitação continuou a ser utilizada como instrumento, ora para legitimar os governos "biônicos" que então se sucederam, ora para segregar e afastar o trabalhador da sede do poder.

A face mais cruel desta ação governamental ocorreu em 1988, com o programa "Entorno com Dignidade", que, em outras palavras, significou a reedição da política de erradicação de favelas e construção de grandes conjuntos habitacionais em locais distantes, desenvolvida nos anos negros da ditadura militar (1970). Desta vez, porém, os novos governantes extrapolaram na sua sanha de segregar e controlar a massa trabalhadora, pois não mais ofertavam lotes no DF e, sim, no Estado de Goiás, a 70 quilômetros dos centros de emprego, ou simplesmente não ofertavam lotes, deixando a população ao desabrigo, tendo seus pertences temporariamente confiscados pelo Governo, tratando a habitação como caso de polícia.

Um exemplo marcante deste procedimento ocorreu na remoção dos moradores da SQN 110, onde os barracos foram queimados na vista de seus antigos ocupantes, numa atitude sem precedentes na história da habitação no Brasil.

O Governo, ao mesmo tempo que removia de forma violenta a população, alienava a particulares, sem licitação pública (contrariando o Decreto-lei nº 2.300, de novembro de 1986), áreas de sua propriedade, como por exemplo a área localizada às margens do lago Paranoá, de 700 metros quadrados, ao Clube de Golfe de Brasília.

Além deste procedimento irregular, que está permitindo a entrega das terras mais valorizadas do Plano Piloto, o Governo empreende um processo de "cessão de áreas públicas" a particulares, utilizando como artifício a "concessão de uso para agricultura".

Observa-se, todavia, que a maioria das áreas distribuídas se localizam em regiões servidas de infra-estrutura urbana, e próximas aos centros de emprego e serviço, como no caso das áreas recém-criadas ao longo da Via Estrutural, entre Taguatinga e Plano Piloto, onde, de um dia para o outro, estão surgindo dezenas de mansões, cujos proprietários, o Governo terá grandes dificuldades de indenizar, caso necessite destas terras para desenvolver programas sociais ou instalar equipamentos urbanos e comunitários.

Fica patente, portanto, que o Governo do Distrito Federal utilizou sua prerrogativa de deter o monopólio das terras para deixar, durante mais de 30 anos, seus imóveis urbanos valorizarem, enquanto removia o trabalhador para a periferia; passando agora as terras valorizadas às mãos das classes de maior poder aquisitivo.

É necessário, pois, que se acabe o quanto antes com este tipo de injustiça social, sob pena de se ver a dilapidação do patrimônio público do Distrito Federal, com o conseqüente prejuízo de toda população.

□ Luís Alberto de Campos Gouvêa é arquiteto, especialista em Planejamento Habitacional e mestre em Planejamento Urbano.